

Sarney vai fazer balanço da economia

Brasil
por José Casado
de Brasília

GOVERNO

Sarney vai fazer balanço...

por José Casado
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

órgãos de planejamento já trabalhem com um patamar de 6%.

E provável que Sarney mencione o desejo do Brasil de avançar um pouco na negociação de sua dívida externa. Os indicadores disponíveis no Palácio do Planalto têm-no estimulando a pensar nessa direção: além de derrubar a inflação, sem grandes traumas, em março o governo computou um saldo comercial 10% maior e registrou uma elevação de US\$ 300 milhões nas reservas cambiais.

No Planalto e no Ministério da Fazenda trabalha-se com a hipótese de sugerir aos bancos credores do País um reescalonamento da dívida por quinze anos, com juros reduzidos.

O presidente também deverá observar que a reforma monetária não se esgota em si mesma e que, embora o governo tenha adotado medidas que preservam o salário real, há necessidade de deflagrar mudanças sociais.

O objetivo concreto é realisar a desindexação da economia ao menor custo social possível aproveitando a oportunidade para iniciar projetos integrados nas regiões carentes (Norte, Nordeste e Centro-Oeste), sem o caráter assistencialista tradicional,

que de fato influenciem na redução das tensões sociais no campo.

Sarney pretende lançar a idéia de um amplo programa social, com participação efetiva de todos os ministérios. "Ele insiste na montagem de um plano de investimentos integrados equivalente a 10% do Produto Interno Bruto (PIB)", revela um de seus mais íntimos assessores. Seria algo em torno de US\$ 25 bilhões nos próximos quatro anos.

É certo que o interesse do presidente nesse plano é grande. Não apenas encarregou os ministros Marco Maciel, do Gabinete Civil, e João Sayad, da Seplan, de elaborá-lo em curto espaço de tempo como também convocou o sociólogo e economista Hélio Jaguaribe para redigir um texto diagnóstico sobre a dívida social brasileira. Jaguaribe passou duas horas, na manhã de ontem, com o presidente, no Planalto, fazendo um rascunho.

"Vamos fazer um projeto integrado para erradicação da pobreza", explicou o ministro João Sayad, da Seplan, na saída do Gabinete Presidencial, ontem pela manhã. Sarney quer os projetos iniciais definidos até junho.

No discurso da próxima segunda-feira, o presidente vai dar um enunciado desse programa, observando que as políticas setoriais do governo serão mais efica-

zes na medida de sua dimensão social.

A idéia básica é a união de esforços e de orientação governamental na aplicação de recursos, originais dos orçamentos da União e das empresas estatais. Por exemplo: Sarney quer a reforma agrária brasileira começando nas terras do governo, que servirão de base à implantação de projetos de irrigação no Nordeste, e nas terras às margens de projetos de transportes interligados no Norte, baseados na recuperação de estradas abandonadas, como a Transamazônica, a Perimetral Norte e a Oiapoque-Macapá.

O presidente tem sido muito preciso sobre este ponto. Aliás, o programa de reforma agrária foi instituído por decisão pessoal. Como ele tem repetido a amigos, o plano não passava de duas palavras ("reforma" e "agrária") na carta-compromisso da Aliança Democrática e não mereceu mais do que quatro linhas no programa do PMDB.

Da mesma forma, quer integrar os planos agrícolas, de abastecimento, transportes, saúde e educação. Já definiu que o novo plano agrícola nacional elega quinhentos municípios como pólos avançados para desenvolvimento da agricultura, em bases técnicas. Desse total, duzentos serão contemplados

com escolas profissionalizantes, laboratórios governamentais para pesquisa agrícola e transportes interligados para escoamento da safra, nos próximos três anos.

Sarney, no seu discurso, deve ainda mencionar a sua decisão de mudar o perfil da administração pública brasileira. O governo trabalha, no momento, na elaboração da lei orgânica da administração federal, onde estabelecerá normas genéricas para "enxugar" as 425 empresas estatais e os 30 mil funcionários administrativos mantidos em todo o País. Haverá um plano de carreira para o funcionalismo federal e um programa de "reciclagem" para aqueles que perderem seus postos em empresas públicas desativadas por ineficiência.

Será um discurso no qual, em síntese, o presidente deixará claro que procura continuar sintonizado com os anseios de profundas mudanças na vida nacional. E, assim, vai tentar estimular a continuidade do apoio da população ao seu governo. Um apoio que, espera, deverá refletir-se nas urnas, em novembro, pois o governo José Sarney parte para a eleição da Constituinte com um programa próprio, uma legenda, Aliança Democrática, e um objetivo estratégico: influir sobre dois terços do futuro Congresso.

GAZETA MERCANTIL

GAZETA M

Inovando para pro

9 ABR 1986

(Continua na página 6)